

Alerta Legislação, nº 46, de 11 a 16 de novembro. 2013

Boletim semanal

Casa Civil do Estado de São Paulo • Biblioteca
<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

Governo Federal

■ **LEI Nº 12.881, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013**

Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior - ICES, disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências.

■ **LEI Nº 12.880, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013**

Altera a [Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998](#), que "dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde", para incluir tratamentos entre as coberturas obrigatórias.

(Tratamento de câncer e hemoterapia)

■ **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 627, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013**

Altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS; revoga o Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela [Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009](#); dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e de lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior; e dá outras providências.

■ **PORTARIA Nº 2.712, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013 (MS)**

Redefine o regulamento técnico de procedimentos hemoterápicos.

■ **RESOLUÇÃO RDC Nº 51, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2013 (ANVISA)**

Altera a Resolução - RDC nº 57, de 16 de dezembro de 2010, que determina o Regulamento Sanitário para Serviços que desenvolvem atividades relacionadas ao ciclo produtivo do sangue humano e componentes e procedimentos transfusionais.

Governo do Estado de São Paulo

■ **DECRETO Nº 59.749, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013**

Cria, na Secretaria da Saúde, a Unidade de Coordenação do Projeto "Fortalecimento da Gestão Estadual de Saúde" - UCP/FGES-SP e dá providências correlatas

■ **DECRETO Nº 59.742, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013**

Suspende o expediente nas repartições públicas estaduais no dia 20 de novembro de 2013, e dá providências correlatas

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
13/11/2013 Ed. extra	<u>LEI Nº 12.881, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013</u> Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior - ICES, disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências. <u>LEI Nº 12.880, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013</u> Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que "dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde", para incluir tratamentos entre as coberturas obrigatórias. (Tratamento de câncer e hemoterapia)
13/11/2013	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 627, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013(*)</u> (*) Republicação da parte final do art. 92 da Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013, por ter constado omissão de pontilhado na parte que altera o art. 40 da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, quanto ao original no Diário Oficial da União de 12 de novembro de 2013, Seção 1.
12/11/2013	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 627, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013</u> Altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS; revoga o Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009; dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e de lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior; e dá outras providências.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Presidência da República (PR)	DESPACHOS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA <u>MENSAGEM Nº 504, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013.</u> [...] decidi vetar integralmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 98, de 2002 - Complementar (nº 416/08 Complementar na Câmara dos Deputados), que "Dispõe sobre o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, nos termos do § 4º do art. 18 da Constituição Federal". [...] SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL (SAC) <u>PORTARIA Nº 219, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013</u> Aprova o Plano de Outorga Específico para exploração, mediante

	atribuição à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária, do Aeroporto Professor Urbano Ernesto Stumpf (SBSJ), localizado no município de São José dos Campos, no Estado de São Paulo. SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS (SDH) <u>PORTARIA Nº 1.347 DE 13 DE NOVEMBRO 2013</u> Institui Comitê de Convênios e Instrumentos Congêneres da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República <u>PORTARIA Nº 1.269, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2013</u> Altera o art. 3º da Portaria nº 1.517, de 4 de agosto de 2011, que institui o Comitê de Tecnologia da Informação - CTI, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e dá outras providências. SECRETARIA DE PORTOS (SEP) – Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) <u>RESOLUÇÃO Nº 3.131, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2013</u> [...] Art. 1º Aprovar a proposta de Norma que dispõe sobre fiscalização, apuração de infrações administrativas e cominação de sanções em matéria de competência da ANTAQ, na forma do anexo desta Resolução. [...] SECRETARIA-GERAL (SG) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 54, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013</u> [...] Art. 1º Instituir o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO - Brasil Agroecológico, destinado a implementar programas e ações indutoras da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica, que contribuam para o desenvolvimento sustentável e possibilitem a melhoria de qualidade de vida da população, por meio da oferta e consumo de alimentos saudáveis e do uso sustentável dos recursos naturais. [...]
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 1.128 , DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013</u> [...] Art. 1º Publicar o preço mínimo da laranja (<i>Citrus sinensis</i>) em R\$ 10,10 (dez reais e dez centavos) por caixa com 40,8 quilos de laranja, para a safra 2013/2014, nos Estados de São Paulo e Minas Gerais, com vigência até março de 2014. [...]
Ministério da Cultura (MinC)	AGÊNCIA NACIONAL DE CINEMA (ANCINE) – Diretoria Colegiada (DC) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 112, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013</u> Altera os Anexos I e II da Instrução Normativa nº. 104, de 10 de julho de 2012. <i>* Dispõe sobre o Registro de Obra Audiovisual Não Publicitária Brasileira, a emissão de Certificado de Produto Brasileiro e dá outras providências</i>
Ministério da Defesa (MD)	COMANDO DA MARINHA (CM) – Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) <u>PORTARIA Nº 605 /MB, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2013</u> Cria o Grupo de Trabalho (GT) para a Elaboração da Proposta

	Política do Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC) e designa a sua composição.
Ministério da Educação (MEC)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA NORMATIVA Nº 22, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013</u> Dispõe sobre os procedimentos para a adesão de mantenedoras de instituições de ensino superior e a emissão de Termo Aditivo ao processo seletivo do Programa Universidade para Todos - Prouni referente ao primeiro semestre de 2014. <u>PORTARIA Nº 1.100, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2013(*)</u> [...] Art.1º Fica retificado o Anexo I da Portaria MEC nº 669, de 31 de julho de 2013,* publicada no Diário Oficial da União de 01 de agosto de 2013, Seção 1, nos termos do Anexo a esta Portaria. [...] * <i>Aprova o Regimento Interno do Gabinete do Ministro [...]</i> <u>PORTARIA Nº 1.105, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2013</u> Institui o Comitê Gestor da Política Nacional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Básica, define suas diretrizes gerais e prevê a criação de Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Básica nas Instituições de Educação Superior e nas Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE) – Conselho Deliberativo (CD) <u>RESOLUÇÃO Nº 43, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013</u> [...] Art. 1º Durante o exercício de 2013, fica facultado aos estados, Distrito Federal e municípios repassar os recursos recebidos à conta do PNAE, de que trata a Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013, diretamente às escolas de educação básica das respectivas redes de ensino. [...] INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP) <u>PORTARIA Nº 665, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2013</u> [...] Art. 1º. Ratificar o "Manual do Enade 2013' como instrumento de operacionalização das ações referentes ao Enade 2013, disponibilizado desde 31 de maio de 2013, nos termos do art.3º, §2º, da Portaria Normativa MEC nº06, de 27/03/2013. [...] SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SERES) <u>PORTARIA Nº 598, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013</u> [...] Art. 1º Fica renovado o reconhecimento dos cursos superiores de graduação [...] <u>PORTARIA Nº 581, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013</u> [...] Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores de graduação [...] <u>PORTARIA Nº 580, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013</u> [...] Art. 1º Fica renovado o reconhecimento dos cursos superiores de graduação [...] <u>PORTARIA Nº 579, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013</u> [...] Art. 1º Fica renovado o reconhecimento dos cursos superiores

	de graduação [...]
Ministério da Fazenda (MF)	COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM) <u>INSTRUÇÃO Nº 539, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013</u> Dispõe sobre o dever de verificação da adequação dos produtos, serviços e operações ao perfil do cliente. SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB) <u>PORTARIA CONJUNTA Nº 1.603, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013</u> Altera a Portaria Conjunta RFB/SCS nº 1.908, de 19 de julho de 2012, que institui o Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (Siscoserv) e dá outras providências. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.410, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013</u> Altera a Instrução Normativa SRF nº 513, de 17 de fevereiro de 2005, que dispõe sobre a aplicação do regime aduaneiro especial de entreposto aduaneiro em plataformas destinadas à pesquisa e lavra de jazidas de petróleo e gás natural em construção ou conversão no País, contratadas por empresas sediadas no exterior.
Ministério da Justiça (MJ)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 3.437, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013</u> Aprova o Regimento Interno da Comissão de Ética do Ministério da Justiça.
Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)	SECRETARIA DE MONITORAMENTO E CONTROLE DA PESCA E AQUICULTURA (SMCPA) <u>PORTARIA Nº 102, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2013</u> Suspende licenças de Pescadores Profissionais inscritos no Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP, que não realizaram o procedimento de atualização e substituição das licenças durante os meses de junho à outubro de 2013. [...] Art. 2º A relação nominal, com o respectivo motivo da suspensão, será divulgada no sítio eletrônico do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA (www.mpa.gov.br). [...]
Ministério da Previdência Social (MPS)	CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (CNPCC) <u>RESOLUÇÃO Nº 13, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2013</u> Altera o art. 28 da Resolução nº 26, de 29 de setembro de 2008, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar. INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS) <u>RESOLUÇÃO Nº 359, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013</u> Altera a Resolução nº 310/PRES/INSS, de 12 de junho de 2013, que disciplina ações de acessibilidade para servidores com deficiência.
Ministério da Saúde (MS)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 2.729, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013</u> Altera e acresce dispositivos à Portaria nº 2.430/GM/MS, de 23 de dezembro de 2003, que cria o Comitê Nacional Interinstitucional de Desprecarização do Trabalho no Sistema Único de Saúde (SUS) e dá

outras providências.

PORTARIA Nº 2.715, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013

Dispõe sobre o custeio das despesas de moradia e alimentação dos médicos participantes do Projeto Mais Médicos alocados em área de atuação de Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI/SESAI/MS), órgão integrante da Estrutura Regimental do Ministério da Saúde.

PORTARIA Nº 2.712, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013

Redefine o regulamento técnico de procedimentos hemoterápicos.

PORTARIA Nº 2.703, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013

Autoriza o repasse dos valores de recursos federais, relativos à adesão ao Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde (PQA-VS), no ano de 2013, aos Fundos dos Estados e Municípios.

PORTARIA Nº 2.701, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013

Aprova o repasse de recursos para os Estados e Distrito Federal, a título de financiamento, referente a outubro, novembro e dezembro de 2013, para aquisição de medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica conforme Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde.

PORTARIA Nº 2.684, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2013(*)

Redefine as regras e os critérios referentes aos incentivos financeiros de investimento para construção de polos e de custeio e no âmbito do Programa Academia da Saúde e os critérios de similaridade entre Programas em Desenvolvimento no Distrito Federal ou no Município e o Programa Academia da Saúde.

() Republicada por ter saído no DOU nº 219, de 11-10-2013, Seção 1, página 46, com incorreção no original.*

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (ANS)

– Diretoria de Fiscalização (DIFIS)

PORTARIA CONJUNTA Nº 2.713, DE 12 NOVEMBRO DE 2013

Institui Grupo de Trabalho para o aprimoramento dos sistemas de informação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 11, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013

Altera a Instrução Normativa - IN nº 42, de 26 de fevereiro de 2013, da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos - DIPRO.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA)

– Diretoria Colegiada (DC)

RESOLUÇÃO RDC Nº 51, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2013

Altera a Resolução - RDC nº 57, de 16 de dezembro de 2010, que determina o Regulamento Sanitário para Serviços que desenvolvem atividades relacionadas ao ciclo produtivo do sangue humano e componentes e procedimentos transfusionais.

PORTARIA Nº 5.937, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2013

[...] **Art. 1º** Fica instituído o Grupo Técnico Permanente de Estudos da Metodologia do Monitoramento da Garantia de Atendimento, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que tem como objetivo a permanente troca de informações entre a sociedade e a

	ANS em relação à metodologia do monitoramento da garantia de atendimento. EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES (EBSERH) <u>PORTARIA Nº 34, DE 21 DE AGOSTO DE 2012(*)</u> [...] Tornar público que o Conselho de Administração aprovou o Regimento Interno da Empresa que dispõe, dentre outros aspectos, das instâncias de governança, da estrutura organizacional, das competências dos órgãos de administração e fiscalização e do contrato de adesão, cuja íntegra está disponibilizada no endereço eletrônico www.mec.gov.br/ebserh [...] (*) Republicada por ter saído no DOU de 22-8-2012, Seção 1, pág. 10, para inclusão do anexo. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE (SAS) <u>PORTARIA Nº 1.249, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013</u> Remaneja o limite financeiro anual referente à assistência de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial do Estado de São Paulo. SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE (SVS) <u>PORTARIA Nº 25, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013</u> Aprova o Suplemento 1 e 2 do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Hepatite Viral C e Coinfecções - Manejo do paciente infectado cronicamente pelo genótipo 1 do HCV e fibrose avançada.
Ministério das Cidades (MCidades)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 518, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2013</u> Dá nova redação à Portaria nº 168, de 12 de abril de 2013, do Ministério das Cidades, que dispõe sobre as diretrizes gerais para aquisição, requalificação e alienação de imóveis com recursos advindos da integralização de conta no Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN) <u>RESOLUÇÃO Nº 459, DE 29 DE OUTUBRO DE 2013(*)</u> Dispõe sobre o uso de sistema eletrônico integrado para a fiscalização de peso e dimensões de veículo, e dispensa a presença da autoridade de trânsito ou de seu agente no local de pesagem e dá outras providências. (*) Republicada por ter saído, no DOU de 1-11-2013, Seção 1, pág. 71, com incorreção no original. <u>RESOLUÇÃO Nº 458, DE 29 DE OUTUBRO DE 2013(*)</u> Altera a Resolução CONTRAN nº 404/2012, que dispõe sobre padronização dos procedimentos administrativos na lavratura de Auto de Infração, na expedição de notificação de autuação e de notificação de penalidade de multa e de advertência, por infração de responsabilidade de proprietário e de condutor de veículo e da identificação de condutor infrator, e dá outras providências. (*) Republicada por ter saído, no DOU de 1-11-2013, Seção 1, pág. 71, com incorreção no original. SECRETARIA EXECUTIVA (SE)

	– Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) <u>PORTARIA Nº 214, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2013</u> Estabelece procedimentos para o credenciamento de Instituição Técnica Licenciada - ITL e os critérios para execução da Inspeção Técnica Veicular - ITV nos veículos de transporte rodoviário internacional de cargas e passageiros, conforme a Resolução CONTRAN nº 359, de 29 de setembro de 2010.
Ministério das Comunicações (MC)	AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (ANATEL) – Conselho Diretor (CD) <u>RESOLUÇÃO Nº 625, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013</u> Aprova a Atribuição, a Destinação e o Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências na Faixa de 698 MHz a 806 MHz
Ministério das Relações Exteriores (MRE)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DE EL SALVADOR PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO PROGRAMA TERRITÓRIOS DE PROGRESSO, FASE II</u>
Ministério de Minas e Energia (MME)	AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL) <u>RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.651, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013</u> Aprova o Edital do Leilão nº 10/2013-ANEEL e seus Anexos, referente à compra de Energia Elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração, a partir de fontes hidrelétrica, solar, eólica e termelétrica - a biomassa, a carvão ou a gás natural em ciclo combinado -, destinada ao Sistema Interligado Nacional - SIN, no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, e estabelece as TUST e as TUSDg de referência para as centrais geradoras que participarem do aludido certame. <u>RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.643, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013</u> Aprova o Edital do Leilão nº 12/2013-ANEEL e seus Anexos, referente à compra de Energia Elétrica Proveniente de Empreendimentos de Geração Existentes.
Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) <u>PORTARIA Nº 646, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013</u> [...] Art. 1º Publicar o Regulamento para utilização dos recursos financeiros do Programa Terra Forte. [...]
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA Nº 128, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2013</u> Propõe aos municípios que aderiram ao Programa de Aquisição de Alimentos metas e limites financeiros para sua implementação em 2013, na modalidade de execução Compra com Doação Simultânea.
Ministério do Meio Ambiente (MMA)	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA Nº 437, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2013</u> Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Recursos

	Hídricos. AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA) <u>RESOLUÇÃO N° 1343, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2013</u> Estabelece diretrizes para definição da disponibilidade hídrica para geração de energia em aproveitamentos hidrelétricos implantados em açudes de usos múltiplos localizados no semiárido, de domínio da União, para fins de emissão de Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica e Outorgas de Direito de Uso de Recursos Hídricos.
Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO (SRT) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 17, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013</u> Estabelece procedimentos e cronograma para utilização do Sistema HomologNet pelas entidades sindicais de trabalhadores, para a assistência e homologação de rescisão de contrato de trabalho.
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM) <u>RESOLUÇÃO N° 2.057, DE 20 DE SETEMBRO DE 2013</u> Consolida as diversas resoluções da área da Psiquiatria e reitera os princípios universais de proteção ao ser humano, à defesa do ato médico privativo de psiquiatras e aos critérios mínimos de segurança para os estabelecimentos hospitalares ou de assistência psiquiátrica de quaisquer naturezas, definindo também o modelo de anamnese e roteiro pericial em psiquiatria. <u>RESOLUÇÃO N° 2.056, DE 20 DE SETEMBRO DE 2013</u> Disciplina os departamentos de Fiscalização nos Conselhos Regionais de Medicina, estabelece critérios para a autorização de funcionamento dos serviços médicos de quaisquer naturezas, bem como estabelece critérios mínimos para seu funcionamento, vedando o funcionamento daqueles que não estejam de acordo com os mesmos. Trata também dos roteiros de anamnese a serem adotados em todo o Brasil, inclusive nos estabelecimentos de ensino médico, bem como os roteiros para perícias médicas e a organização do prontuário de pacientes assistidos em ambientes de trabalho dos médicos.
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
14/11/2013	<u>DECRETO N° 59.751, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013</u> Altera a vigência de dispositivos do <u>Decreto nº 58.544, de 13 de novembro de 2012</u>, que dispôs sobre o licenciamento ambiental da aquicultura <u>DECRETO N° 59.750, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013</u> Autoriza o Secretário da Segurança Pública a outorgar permissão de uso, a título oneroso e por prazo determinado, de espaços situados em próprios do Estado administrados pela Secretaria da Segurança Pública, para a instalação de estabelecimentos ou máquinas

	destinados à venda de gêneros alimentícios e/ou periódicos
13/11/2013	<u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.217, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013</u> Altera a Lei Complementar nº 1.111, de 25 de maio de 2010, que institui o Plano de Cargos e Carreiras dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo <u>DECRETO Nº 59.749, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013</u> Cria, na Secretaria da Saúde, a Unidade de Coordenação do Projeto "Fortalecimento da Gestão Estadual de Saúde" - UCP/FGES-SP e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 59.745, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013</u> Dispõe sobre a oficialização da Medalha "Cidadão Policial" da Associação Para Valorização do Policial do Estado de São Paulo e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 59.742, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013</u> Suspende o expediente nas repartições públicas estaduais no dia 20 de novembro de 2013, e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 59.660, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013</u> Transfere da administração da Secretaria do Meio Ambiente para a da Secretaria de Agricultura e Abastecimento os imóveis e áreas que especifica, situados no Parque "Dr. Fernando Costa", em São Paulo
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Administração Penitenciária (SAP)	DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS (DRHU) <u>INSTRUÇÃO DRHU - 4, DE 12-11-2013</u> Dispõe sobre a abertura de inscrição aos servidores pertencentes à carreira de Agente de Segurança Penitenciária - ASP e à classe de Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária - AEVP, interessados em se transferirem para o Centro de Detenção Provisória " Marcos Amilton Raysaro" de Içém
Cultura (SC)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SC 104, DE 01-11-2013</u> Redefine a área envoltória do Parque Trianon*, situada na Avenida Paulista, 949, nesta Capital, tombado através da Resolução 45, de 13-05-1982, publicada no D.O. de 21-05-1982. [...] * Artigo 1º - Fica estabelecida como área envoltória do Parque Tenente Siqueira Campos (Parque Trianon), situado na Avenida Paulista, 949, nesta Capital, bem tombado através da Resolução SC-45 de 13-05-1982, as calçadas adjacentes ao lote tombado - situadas na Av. Paulista, na R. Peixoto Gomide, na Al. Santos, na Al. Jaú e na Al. Casa Branca. Artigo 2º - Nenhuma obra poderá ser executada dentro da área envoltória sem que o respectivo projeto seja previamente aprovado pelo Condephaat. [...] <u>RESOLUÇÃO SC 103, DE 01-11-2013</u> Dispõe sobre redefinição da área envoltória do imóvel situado na

	Avenida Paulista, 1919*, nesta capital, tombado através da Resolução 36, de 16-11-1992, publicada no D.O. de 17-11-1992. [...] * Artigo 1º - <i>Ficam estabelecidas como área envoltória do imóvel situado na Avenida Paulista, 1919, nesta Capital, bem tombado através da Resolução SC- 36 de 16-11-1992, as calçadas adjacentes ao lote tombado, situadas à Av. Paulista.</i> Artigo 2º - <i>Nenhuma obra poderá ser executada dentro da área envoltória sem que o respectivo projeto seja previamente aprovado pelo CONDEPHAAT [...]</i> <u>RESOLUÇÃO SC 102, DE 01-11-2013</u> Redefine a área envoltória da EEPG Rodrigues Alves*, situada na Avenida Paulista, 227, nesta Capital, tombado através da Resolução SC- 21, de 10-04-1985, publicada no D.O. de 11-04-1985 [...] * Artigo 1º - <i>Fica estabelecida como área envoltória da EEPG Rodrigues Alves, situada na Avenida Paulista, 227, nesta Capital, bem tombado através da Resolução SC- 21 de 10/04/85, as calçadas adjacentes ao lote tombado na Rua Teixeira da Silva e na Avenida Paulista.</i> Artigo 2º - <i>Nenhuma obra poderá ser executada dentro da área envoltória sem que o respectivo projeto seja previamente aprovado pelo Condephaat. [...]</i> <u>RESOLUÇÃO SC 101, DE 01-11-2013</u> Redefine a área envoltória da Casa das Rosas*, situada na Avenida Paulista, 37, nesta Capital, tombado através da Resolução SC- 57, de 22-10-1985, publicada no D.O. de 24-10-1985. [...] *Artigo 1º - <i>Fica estabelecida como área envoltória da Casa das Rosas, situada na Avenida Paulista, 37, nesta Capital, bem tombado através da Resolução SC- 57, de 22-10-1985, a calçada adjacente ao lote tombado na Avenida Paulista.</i> Artigo 2º - <i>Nenhuma obra poderá ser executada dentro da área envoltória sem que o respectivo projeto seja previamente aprovado pelo Condephaat. [...]</i>
Planejamento e Desenvolvimento Regional (SPDR)	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO (DETRAN) SUPLEMENTO <u>CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2013 DETRAN-SP</u> Edital de divulgação de resultados dos candidatos habilitados nas provas objetivas e de informações sobre a interposição de recurso contra os resultados. <u>PORTARIA DETRAN Nº 2069, DE 11-11-2013</u> Relaciona e indica condutores notificados no mês de novembro de 2013, consoante exigência prevista na Portaria DETRAN n. 767, de 2006
Procuradoria Geral do Estado (PGE)	GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO (GPG) <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA PGE-COR Nº 6, DE 12-11-2013</u> Altera a Resolução Conjunta PGE-COR 3, de 15-09-2010, que estabeleceu o procedimento para acompanhamento do estágio confirmatório <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA PGE-COR Nº 5, DE 12-11-2013</u> Altera a Resolução Conjunta PGE-COR 2, de 15-09-2010,* que dispõe sobre o Relatório Mensal de Atividades dos Procuradores do Estado

	* [...] “Artigo 2º - Todos os Procuradores do Estado em exercício deverão apresentar Relatório Mensal de Atividades. [...]” <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA PGE-COR Nº 4, DE 12-11-2013</u> Dispõe sobre o controle de frequência dos Procuradores do Estado <u>RESOLUÇÃO PGE-31, DE 12-11-2013</u> Designa os Procuradores do Estado da área do Contencioso Tributário-Fiscal classificados na Procuradoria Regional de Araçatuba para responder pelas atribuições previstas no artigo 30 da Lei Complementar 478, de 18-07-1986, nas comarcas e municípios que especifica
Saúde (SS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS – 118, DE 13-11-2013</u> Institui Grupo de Trabalho para a organização da Triagem Ocular - Reflexo Vermelho para ampliação do Programa Nacional de Triagem Neonatal e dá outras providências.
Segurança Pública (SSP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SSP-167, DE 11.11.13</u> Prot. GS-14517/13 Dá nova redação ao § 2º, * do art. 4º da Resolução SSP-182/2008** * § 2º - <i>Questões relacionadas a noções de Direito – com ênfase em Direitos Humanos – e de Criminologia, conhecimentos em Informática e Lógica são obrigatórias para todas as carreiras [...]</i> ** <i>Altera dispositivos do Regulamento da Academia de Polícia “Dr. Coriolano Nogueira Cobra” no que se refere à concursos públicos e dá providências correlatas</i> POLÍCIA CIVIL DO ESTADO (PCESP) ↳ Delegacia Geral de Polícia Dr. Maurício Guimarães Pereira (DGP) <u>PORTARIA DGP-40, DE 12-11-2013</u> Estabelece normas para transmissão de dados pessoais pelo Cepol – Centro de Comunicações e Operações da Polícia Civil, quando solicitados por via rádio pelas unidades móveis ou viaturas policiais ↳ ↳ Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior 2 - Campinas ↳ ↳ ↳ Delegacia Seccional de Polícia de Mogi Guaçu <u>PORTARIA DSPMG-27, DE 05-11-2013</u> Instala e regulamenta o funcionamento do Núcleo Especial Criminal – Necrim, no município de Mogi Guaçu
Publicação DOE - Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
15/11/2013	PROJETO DE LEI Nº 829, DE 2013 Obriga a afixação de cartazes, nos locais que especifica, advertindo sobre a proibição da doação de sangue pelo prazo de um ano por pessoas com tatuagem permanente ou 'piercing' DO Legislativo, 15/11/2013, p. 13

PROJETO DE LEI N° 828, DE 2013

Estabelece normas de proteção à saúde e de respeito à dignidade de obesos, gestantes e pessoas com necessidades especiais, na condição de consumidores em supermercados, hipermercados, lojas de conveniências, praças de alimentação e estabelecimentos assemelhados.

DO Legislativo, 15/11/2013, p. 12

PROJETO DE LEI N° 827, DE 2013

Determina que as Concessionárias das Rodovias do Estado de São Paulo devem divulgar os valores praticados pelas empresas credenciadas para prestação de Serviços de Arrecadação Automática nos Pedágios do Estado de São Paulo.

DO Legislativo, 15/11/2013, p. 12

PROJETO DE LEI N° 826, DE 2013

Altera a [Lei nº 10.241, de 17 de março de 1999](#)(*), que dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Estado e dá outras providências.

**[...] V - poder identificar as pessoas responsáveis direta e indiretamente por sua assistência, através de crachás visíveis, legíveis e que contenham: [...] e) número de inscrição no Conselho de Classe.*

DO Legislativo, 15/11/2013, p. 12

PROJETO DE LEI N° 825, DE 2013

Estabelece norma de proteção às pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida, dispondo sobre a instalação de placas indicativas de vagas preferenciais com mensagens educativas, no âmbito do Poder Público Estadual.

DO Legislativo, 15/11/2013, p. 11

PROJETO DE LEI N° 824, DE 2013

Desonerar da tarifa de pedágio nas estradas estaduais os veículos de transporte de portadores de necessidades especiais.

DO Legislativo, 15/11/2013, p. 11

PROJETO DE LEI N° 823, DE 2013

Isenta de tarifa de pedágio nas rodovias estaduais os veículos de transporte coletivo intermunicipal de passageiros.

DO Legislativo, 15/11/2013, p. 11

PROJETO DE LEI N° 822, DE 2013

Dispõe sobre a reserva aos negros de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e de empregos públicos, no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

DO Legislativo, 15/11/2013, p. 11

TRIBUNAL DE CONTAS (TCE)**Comunicado SDG nº 45/2013**

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo comunica que, no dia 11/11/2013, entrou em funcionamento sua Unidade Regional de Santos – UR-20; assim, áreas de atuação das Unidades Regionais e Diretorias de Fiscalização sofreram alterações. Seguem abaixo os quadros indicativos dos Órgãos sujeitos à fiscalização e as correspondentes Diretorias e Unidades Regionais responsáveis.

Dúvidas poderão ser esclarecidas pelos telefones 3292-3672 e 3292-3676, lembrando, ainda, que papéis e documentos poderão ser protocolados na Capital ou em qualquer das Unidades Regionais,

	independente da jurisdição a que pertençam. SDG, em 13 de novembro de 2013. SÉRGIO CIQUERA ROSSI SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL DO Legislativo, 15/11/2013, p. 21
14/11/2013	MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 1092, DE 2011 Mensagem A-nº 205/2013, do Sr. Governador do Estado [...] A propositura, de iniciativa parlamentar, proíbe, no âmbito do Estado, a comercialização, uso e armazenamento de canetas “laser” com amperagem acima de 5 (cinco) miliwatts (mW), excetua da vedação usuários com finalidades profissional ou militares e fixa penalidades nos casos de descumprimento. [...] VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 81, DE 2012 Mensagem A-nº 204/2013, do Sr. Governador do Estado São Paulo, 13 de novembro de 2013 Senhor Presidente [...] De iniciativa parlamentar, a propositura obriga os dez fornecedores primeiros colocados no “ranking” de reclamações elaborado pela Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON-SP a divulgarem referida classificação, de maneira visível, clara e ostensiva, em seus estabelecimentos e/ou pontos de venda, na forma que especifica. [...] PROJETOS DE LEI PROJETO DE LEI Nº 821, DE 2013 Obriga os estabelecimentos que comercializam e fabricam carimbos que exijam a identificação completa do comprador, com nome, identidade, CPF e comprovante de residência. PROJETO DE LEI Nº 820, DE 2013 Dispõe sobre a instalação de TAG - dispositivo eletrônico para pagamento de pedágio em malhas rodoviárias - em ambulâncias no Estado de São Paulo. PROJETO DE LEI Nº 819, DE 2013 Reconhece às famílias de crianças com deficiência ou que padeçam de doença crônica, o direito a atendimento especial de caráter multidisciplinar. TRIBUNAL DE CONTAS (TCE) COMUNICADO SDG nº 044/2013 O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo alerta para a necessidade de os jurisdicionados reverem, em tempo breve, os contratos firmados com empresas agora isentas da contribuição patronal de 20% sobre a folha de salários destinada ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Fundamentada em diversos instrumentos como as Leis Federais nº 12.715, de 2012 e as de nº 12.794 e 12.844, ambas de 2013, aquela renúncia fiscal beneficia 42 (quarenta e dois) setores da economia nacional, entre os quais o da construção civil, e considerando que as empresas pagam, em contrapartida, tributo de menor monta (1% a 2% do faturamento), tal cenário indica favorável renegociação para as entidades públicas, visto que os 20% do INSS sempre compunham as planilhas de custos. Tanto é assim que o Tribunal de Contas da União (TCU), em outubro

	de 2013, determinou que o Ministério do Planejamento reveja, em 60 (sessenta) dias, todos os contratos firmados com as empresas alcançadas pela exoneração previdenciária, nisso exigindo a cobrança dos valores antes pagos a maior. SDG, em 13 de novembro de 2013. SÉRGIO CIQUERA ROSSI SECRETÁRIO DIRETOR GERAL DO Legislativo, 14/11/2013, p. 34
13/11/2013	TRIBUNAL DE CONTAS (TCE) <u>COMUNICADO SDG Nº 043/2013</u> O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo alerta aos jurisdicionados para observância às regras da Lei Federal nº 12.663, de 05 de junho de 2012, referentes às sanções civis previstas e relacionadas com a Copa do Mundo 2014. SDG, 12 de novembro de 2013. SÉRGIO CIQUERA ROSSI SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
13/11/2013	<u>DECRETO Nº 54.580, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013</u> Altera o parágrafo único do artigo 2º do Decreto nº 42.184, de 11 de julho de 2002, que dispõe sobre a gestão financeira do Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa

mariaisa@sp.gov.br

Casa Civil do Estado de São Paulo

Centro de Documentação e Arquivo - CDA

(11) 2193-8107 e 8144

ccivil@sp.gov.br

Júlio César de Paula - jcdepaula@sp.gov.br

Marcelo Conti - mconti@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107